

**EXTRATO DE DISPENSA DE CELEBRAÇÃO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**

**Processo nº:** 01245.010719/2024-24

**Partes:** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e a Universidade Federal de Alagoas – UFAL

**Espécie:** Dispensa de Celebração de Execução Descentralizada

**Objeto:** Realização do II Congresso Brasileiro de Economia Social, Solidária e Cooperativismo.

**Enquadramento Legal:** Inciso III do §3º do Art. 3º [Decreto nº 10.426, de 16 de Julho de 2020](#)

**Crédito Orçamentário:** 19.572.2304.20UP.0001 - Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva, Plano Orçamentário: 000R - Fomento à Projetos e Ações de Economia Popular, Solidária e Sustentável de Base Tecnológica, PTRES: 233715, GND: 3 (Custeio).

Fonte 1000 - 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica - R\$ 174.882,89

**Prazo de Execução do Plano de Trabalho:** 19 de agosto de 2024 a 31 de Dezembro de 2027



Documento assinado eletronicamente por **Joao Barnabe da Silva Junior, Chefe da Divisão de Análise e Execução Orçamentária e Financeira das Transferências**, em 22/08/2024, às 17:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12182996** e o código CRC **DA219ECE**.



## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

## TERMO DE DISPENSA DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Considerando os termos dos Pareceres Técnicos nº 1299/2024/SEI-MCTI (12112644) e 1466/2024/SEI-MCTI (12159940), bem como Plano de Trabalho, SEI nº 12172690, **DISPENSO** a celebração de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL para o objeto "Realização do II Congresso Brasileiro de Economia Social, Solidária e Cooperativismo.", no valor de R\$ 174.882,89 (cento e setenta e quatro mil oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), com fulcro no inciso I do §3º do Art. 3º do [Decreto nº 10.426, de 16 de Julho de 2020](#), observando-se a delegação de competência constante da [Portaria MCTI nº 8.085, de 15 de abril de 2024](#).

Os créditos orçamentários deverão ser destacados às expensas da funcional programática 19572230420UP0001 - Apoio a Projetos de Tecnologia Social e Assistiva, Plano Orçamentário: 000R - Fomento à Projetos e Ações de Economia Popular, Solidária e Sustentável de Base Tecnológica, PTRES: 233715, GND: 3 (Custeio).

(Assinatura Eletrônica)

**INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA**

Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social**, em 19/08/2024, às 16:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12172676** e o código CRC **5B48ACB3**.

Não Possui.

Referência: Processo nº 01245.010719/2024-24

SEI nº 12172676



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI**

Nome da autoridade competente: **Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda**

Número do CPF: **\*\*\*.507.523-\*\***

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social/Departamento de Tecnologia Social, Economia Solidária e Tecnologia Assistiva-DEPTS/Coordenação-Geral de Tecnologia Social e Economia Solidária – CGES**

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora -UG que descentralizará o crédito: **240305/00001 - Coordenação- Geral de Transferências Voluntárias - CGTV**

Número e Nome da Unidade Gestora-UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **240317/00001 - Secretaria de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social - SEDES/MCTI**

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal de Alagoas – UFAL**

Nome da autoridade competente: **Josealdo Tonholo**

Número do CPF: **\*\*\*.923.988-\*\***

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEAC/UFAL**

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora -UG que receberá o crédito: **153037/15222 Universidade Federal de Alagoas**

Número e Nome da Unidade Gestora-UG Responsável pela execução do objeto do TED: **153037/15222 Universidade Federal de Alagoas**

**3. OBJETO:**

**Realização do II Congresso Brasileiro de Economia Social, Solidária e Cooperativismo**

**4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:**

**4. META 1**

Contratação FUNDEPES (Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa).

**4. META 2**

Aquisição de serviços de logística para o evento, que envolvem, deslocamento e passagens de palestrantes e convidados.

**4. META 3**

Aquisição de serviços de terceiros – pessoa jurídica. Com fins de organização e mobilização do movimento da economia solidária e do cooperativismo para o evento

**4. META 4**

Aquisição de serviços de comunicação e material didática para evento.

**5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:**

Proposta de evento internacional para discutir Economia Social, Solidária, e Cooperativismo, no Brasil e na América Latina. A Economia Social e Solidária ainda é um conceito com múltiplas definições e significados, a qual surge nos anos 1980 como um movimento de criação de empreendimentos coletivos de resistência à crise econômica daquele período. Na década de 1990 houve uma expansão dessas ações, até se tornar política de governo nos anos 2000, transformando-se em alternativa de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento local sustentável, especialmente para as populações mais vulneráveis. Esse movimento gerou um arcabouço teórico ainda em formação e um quadro de intervenções práticas bastante diverso no Brasil e na América Latina. Logo, este Congresso visa mobilizar redes de pesquisadores, gestores públicos e ativistas da sociedade civil para apresentarem e discutirem distintas estratégias e propostas para o fortalecimento da Economia Social e Solidária, no intuito de gerar maior interação entre os atores envolvidos nessa temática, além de fortalecê-la no âmbito governamental dos diferentes países latino-americanos.

Para encontrar as origens da economia solidária no Brasil em particular e na América Latina em geral, podemos partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária ou podemos fazer o caminho no sentido contrário. Partir do que temos hoje no campo da economia solidária e voltar para trás para ver em que condições, onde, por que e como os passos foram dados.

Os dois procedimentos têm suas vantagens e inconvenientes, o melhor então é mesclá-los. Devemos resgatar o processo de surgimento de experiências auto gerenciais e solidárias, a atuação de movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igrejas, prefeituras e governos de esquerda que lhes deram e dão suporte e promovem sua organização em fóruns, feiras, redes e tantas outras iniciativas, mas também fazer a história da ação dos intelectuais para nomear e pesquisar este campo.

No Brasil, para a economia solidária (o termo economia social é pouco empregado) se tornar uma problemática real, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular.

Uma prova disso é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular. Quanto à economia informal, termo que foi criado na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT, se outrora os analistas a consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, hoje é uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e econômicos pela sua persistência e crescimento.

No entanto, este setor não pode ser corretamente representado por um setor único, mas por setores qualitativamente distintos. Entre estes setores podemos identificar alguns como o setor da economia familiar, ou o setor dos micros negócios e, nestes, associações de trabalhadores para a produção ou prestação de serviços realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela qualidade da solidariedade existente entre seus sócios, com a sociedade e com a natureza à sua volta.

As categorias de economia popular e de economia informal são categorias mal definidas e problemáticas, importando aqui o estabelecimento de um novo recorte entre as diversas formas econômicas de geração de emprego e renda já conhecidas no Brasil; recorte este que vai adquirir aos poucos o reconhecimento das políticas públicas e da academia. É esse processo de construção e legitimação de um novo objeto de estudo acadêmico, de novos agentes sociopolíticos que é preciso compreender.

O conceito economia de solidariedade aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro Economia de solidariedade e organização popular onde o chileno Luis RAZETO (1993, p. 40) o concebe como:

“uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas -...-, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.”

Por sua vez, o termo Terceiro Setor é divulgado em 1994 com a chegada de governos neoliberais ao poder central. A partir de governos liberais como Fernando Henrique Cardoso (1995), alguns encontros vão constituir um marco para a construção de um pensamento e/ou movimento social em prol da economia solidária no Brasil

Podemos dividir em seis passos a criação e consolidação do conceito de Economia Social no Brasil. O primeiro aconteceu por ocasião de uma mesa redonda sobre o tema Formas de combate e de resistência à pobreza realizada em setembro de 1995 durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia e o segundo ocorreu no III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG -, que teve lugar em São Paulo nos dias 30 e 31 de maio de 1996. Os trabalhos apresentados na mesa redonda do encontro foram organizados em coletânea por Luiz Inácio Gaiger e publicados em 1996. Na apresentação, ele escreve:

“A comparação entre essas diversas experiências permite identificar, como tipo promissor e como alternativa viável para a economia popular, os empreendimentos solidários que reúnem, de forma inovadora, características do espírito empresarial moderno e princípios do solidarismo e da cooperação econômica apoiados na vivência comunitária” (GAIGER, 1996, p. 521).

No caso de sua pesquisa, as experiências avaliadas eram projetos alternativos comunitários da Cáritas Brasileira. Por sua vez, no III Encontro da ANTEAG não se usou o termo economia solidária, mas no prefácio do livro que apresenta as intervenções dos participantes, redigido em 1998, Paul SINGER (2002, p. 93) escreve:

“No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. (...) Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurgiu no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva.”

Essa proposta de Paul Singer já tinha sido formulada publicamente por ele em julho de 1996 na Folha de São Paulo sob o título Economia solidária contra o desemprego, bem como constava no programa de governo do Partido dos Trabalhadores por ocasião das eleições municipais na cidade de São Paulo no mesmo ano.

Após isto, Paul Singer organizou, com André de Souza, a obra intitulada “A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego”, na qual, mais uma vez os três autores foram reunidos. Muitos outros acadêmicos e atores estão neste campo e outros virão; gostaria, por exemplo, de sublinhar a importante produção intelectual de Armando Lisboa e de Euclides Mance.

Após este período temos outros dois episódios que é a aproximação da Igreja Católica através da Cáritas que passam a financiar empreendimentos e incubadoras de projetos solidários, como o CRCA (Centro de Referência em Cooperativo e Associativos), na cidade de Campinas/SP.

Também se destaca a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, em 2003 no primeiro governo Lula. A secretaria, cujo primeiro e único secretário até a presente data é Paul Singer, além do caráter emblemático de ser um órgão oficial do Estado para a Economia Solidária, passa a organizar a política pública oficial da Economia Solidária no Brasil, criando um complexo sistema de Conferências Locais, Regionais e Nacionais sobre o assunto no Brasil, sendo produzidos diversos relatórios e documentos oficiais que demonstram a evolução da ESS no Brasil.

Em 2016 a SENAES foi rebaixada para subsecretaria, sendo extinta no início de 2018 com a incorporação do Ministério do Trabalho ao Ministério da Economia, iniciando uma etapa de desinstitucionalização da Economia Social e Solidária, fato este que está em sentido contrário do que ocorre em outros países, sejam latino-americanos, ou europeus e asiáticos. Igualmente, organização internacionais como ONU, OIT, OCDE, União Europeia, caminham no sentido de reconhecimento da Economia Social e Solidária com ramo da economia e criam políticas públicas de promoção da ESS, bem como, investem fortemente em seu avanço científico e teórico.

Em 2023, com a recriação da SENAES, um novo cenário jurídico institucional é criado, abrindo-se novas e amplas perspectivas para a Economia Popular e Solidária, não só no Brasil, mas em toda América Latina.

O público-alvo são estudantes de graduação e pós-graduação do tema central do evento e áreas afins, bem como, pesquisadores, professores, gestores públicos e, membros dos empreendimentos da Economia Social e Solidária (cooperativas, associações, fundações, etc.), tanto brasileiros como estrangeiros.

#### Referências

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), Brasília, v. 21, n.2, p. 513-545, 2006.

LISBOA, A. M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: Dal Ri, Neusa Maria (org). Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho. São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 55-89.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, págs. 81-130.

Em razão dos desafios da Economia Social e Solidária, no Brasil e no mundo, a periodicidade do evento é anual. Em agosto de 2022 foi realizada a primeira edição do evento, na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O evento foi realizado de forma híbrida e contou com a participação de 220 pessoas inscritas, oriundas de 8 estados brasileiros e do exterior.

Com isso, a continuidade do evento demonstra a consolidação e ampliação da rede formada na primeira edição, especialmente pela adesão de novos pesquisadores, universidades, governos e empreendimentos da Economia Social e Solidária.

Este fato, aliado à diversidade de práticas de Economia Social e Solidária existente no Brasil, justifica a realização da segunda edição em outra região do país (no caso o Nordeste), que se destaca em termos de avanços na temática do evento. Daí a proposta do evento ocorrer no Estado de Alagoas, que vem se destacando no cenário nacional com suas práticas inovadoras na Economia Social e Solidária, as quais serão apresentadas durante o congresso.

O congresso contará com a tradicional proposta de estrutura de congressos científicos, no entanto, acrescido da possibilidade de exposição das práticas de diversas experiências de Economia Social e Solidária estadual.

O impacto acadêmico é amplo. Inicialmente há a inserção do PPGE em redes nacionais e internacionais de pesquisa sobre Economia Social e Solidária, bem como, o aprimoramento da massa crítica das teorias/conhecimento sobre cooperativismo e Economia Social e Solidária, gerando avanços teóricos e práticos nesta área do conhecimento. Além disso, a organização do evento e, a publicação dos trabalhos apresentados servirão como organização da base de conhecimento sobre o tema, questão em construção no Brasil e na América Latina. Sem prejuízo, haverá o estímulo a novas pesquisas em todos os graus (TCCs, dissertações e teses). Salienta-se que o evento em questão, trata-se de uma temática, que em sua essência, fortalecerá a indissociabilidade entre pesquisa, ensino, extensão e internacionalização.

Haverá também a presença de gestores públicos que poderão transferir o conhecimento gerado no evento para políticas já existentes ou, em processo de criação, o mesmo valendo para práticas de gestão e inovação social dos empreendimentos participantes.

O evento já nasce em decorrência de uma rede internacional de pesquisa, historicamente consolidada, a qual, as universidades do Estado de Alagoas e, em especial o PPG proponente, passaram a integrar desde 2023. No caso, trata-se da aliança com o CIRIEC Brasil, braço nacional do CIRIEC Internacional.

O CIRIEC, originalmente chamado de “Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Coletiva” (Centre International de Recherches et d’Information sur l’Economie Collective) é uma organização internacional sem fins lucrativos fundada em 1947 pelo Professor Edgard Milhaud - professor Economia francesa na Universidade de Genebra (Suíça). Professor Edgard foi o diretor presidente até 1957. Atualmente, a sede da CIRIEC Internacional está localizada na cidade de Liège, na Bélgica.

Em 1908, Edgard Milhaud fundou a revista, então conhecida como “Anais de Economia Coletiva”, e criou o CIRIEC para garantir sua continuidade. Com a ajuda ativa de amigos suíços, Milhaud manteve o CIRIEC em Genebra até 1957. A sede da associação foi então transferida para Liège (Bélgica) em 1957.

Devido à sua natureza internacional, fazem parte do CIRIEC Internacional instituições acadêmicas da Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, França, Finlândia, Itália, Japão, México, Portugal, Tunísia, Turquia e Venezuela. Mais recentemente (a partir de 2015), o Brasil. Além de reunir acadêmicos, também tem como parceiros empresas públicas, cooperativas e instituições mútuas - cooperativas de crédito, seguros e previdência privada, muito comuns na Europa.

Como missão, o CIRIEC busca, através da estruturação, produção, divulgação e intercâmbio de pesquisas e estudos científicos, desenvolver e apoiar trabalhos acadêmicos e de apoio à gestão público, voltados a dois temas:

- a) Serviços públicos; e
- b) Economia Social / Solidária e Cooperativismo.

Ambas as áreas são organizadas em comitês científicos internacionais, contribuindo para esses comitês mais de 350 especialistas ativos, tanto em suas respectivas universidades, centros de estudo, cooperativas; bem como empresas públicas.

Para melhorar a disseminação e o compartilhamento de informações relacionadas aos tópicos mencionados acima, o corpo de especialistas colaboradores do CIRIEC estruturou o AGORA - <http://www.ciriecagora.org>, uma ferramenta de conhecimento multilíngue interativa e colaborativa. Além disso, como um esforço para disseminar as informações, o CIRIEC, em conjunto com a Universidade de Liège, estruturou um Centro de Documentação. O centro de documentação está aberto a todos os membros do CIRIEC, mas também a pesquisadores, professores e estudantes.

Além disso, a CIRIEC Internacional possui dois tipos de eventos internacionais. Os Congressos Internacionais, que ocorrem em anos pares, sendo os últimos em Valência 2022, Liège 2018, Reims 2016 e, Buenos Aires 2014, cujo objetivo é a discussão política e econômica dos rumos da economia social e do cooperativismo no mundo, participando desses eventos as principais autoridades políticas do país sede e as principais autoridades das empresas e dos líderes acadêmicos. O próximo evento será realizado em San José da Costa Rica, em outubro de 2024.

O segundo é a Conferência Internacional de Pesquisa em Economia Social, que ocorre em anos ímpares e, cuja última edição ocorreu em junho de 2023 em Seul, Coreia do Sul. As edições anteriores foram realizadas em San José 2021, Bucareste 2019, Manaus 2017, Lisboa 2015 e, Antuérpia em 2013. A próxima edição está prevista para 2025 em Bordeaux, França.

Além disso são realizados eventos continentais ou nacionais, bem como, atividades em parceria com outras instituições e governos.

O CIRIEC Brasil (nome simbólico) tem como nome oficial - Centro de Pesquisa e Pesquisa em Economia Pública e Social e, foi fundado em 13 de junho de 2015, cuja sede é Campinas/SP.

Sob o CIRIEC Brasil, acadêmicos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Faculdades de Campinas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, IPEA, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade da Integração Latino-Americana (Unila), Faculdades de Campinas (FACAMP), Universidade Federal do Cariri, Universidade Estadual de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio de Janeiro e, Universidad Nacional de La Plata (Argentina). São pesquisadores relacionados às mais diversas áreas do conhecimento como economia, direito, administração, educação, relações internacionais e arquitetura.

O objetivo do CIRIEC (tanto no Brasil como nas seções nacionais) é promover a busca de informações, pesquisas científicas e a publicação de trabalhos sobre setores e atividades voltados para o interesse geral: poder público, serviços públicos, empresas públicas, cooperativas, empresas recuperadas, associações e outras entidades e formas de economia social e solidária.

Em relação as expectativas futuras, o evento congregará pesquisadores de todas as regiões brasileiras, bem como de países latino-americanos, inserindo tanto o PPGE proponente, como o próprio Estado de Alagoas, no cenário internacional. Além do narrado, haverá a possibilidade de acordos e parcerias nacionais e internacionais entre as universidades, centros de pesquisa, governos e empreendimentos participantes.

## 6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

( ) Sim

(X) Não

## 7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

( ) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

( ) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

## 8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(X) Sim

( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

Pagamento da taxa de administração da fundação de apoio, referentes aos serviços operacionais de gestão financeira dos recursos oriundos do TED, no valor de R\$ 15.204,21;

- Ressarcimento à UFAL, no valor de R\$ 7.603,60

## 9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
META 1	Contratação FUNDEPES (Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa)	un	01	15.204,21	15.204,21	Novembro 2024	dezembro 2024
META 1	Ressarcimento à UFAL	un	01	7.603,60	7.603,60	Novembro 2024	dezembro 2024
PRODUTO 01	Contratação da fundação de apoio; empenho						
META 2	Passagens para palestrantes	un	13	3.779,16 (média)	49.129,08	Novembro 2024	dezembro 2024
META 2	Locação de Transportes terrestres para membros da economia solidária	dia	3 dias	1.832,00	5.496,00	Novembro 2024	dezembro 2024
PRODUTO 02	Aquisição dos itens descritos na Meta 2						
META 03	Serviços de terceiros – pessoa jurídica. Para organização e mobilização do movimento da economia solidária e do cooperativismo para o evento	Un	100	806,50	80.650,00	Novembro 2024	Dezembro 2024
PRODUTO 03	Aquisição dos itens descritos na Meta 3						
META 04	Material de identificação do evento	Mês	04	700,00	2.800,00	Novembro 2024	dezembro 2024
META 04	Web-site do Evento	mês	1	4.000,00	4.000,00	Novembro 2024	dezembro 2024
META 04	Publicação das Conferências (Anais)	Mês	1	10.000,00	10.000,00	Novembro 2024	dezembro 2024
PRODUTO 04	Aquisição dos itens descritos na Meta 4						

## 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Novembro	R\$ 174.882,89

## 11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	(Não)	R\$ 152.075,08
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (Taxa Administrativa da Fundação de Apoio)	(Sim)	R\$ 15.204,21
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (Taxa Administrativa da Fundação de Apoio)	(Sim)	R\$ 7.603,60
<b>Total</b>		<b>R\$ 174.882,89</b>

## 12. PROPOSIÇÃO

(assinado eletronicamente)  
**JOSEALDO TONHOLO**  
 Reitor da Universidade Federal de Alagoas

## 13. APROVAÇÃO

(assinado eletronicamente)

**INÁCIO FRANCISCO DE ASSIS NUNES ARRUDA**

Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



Documento assinado eletronicamente por **josealdo tonholo (E), Usuário Externo**, em 19/08/2024, às 09:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, Secretário de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social**, em 19/08/2024, às 16:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12172690** e o código CRC **6D571408**.